



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000
INTERESSADO : NUP
ASSUNTO : Pregão 12/2021. Continuidade automática do certame.

Parecer nº 282 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Retornam os autos a esta unidade de assessoramento, desta vez tratando da continuidade da sessão do Pregão nº 13/2021, *substituto* do Pregão nº 12/2021, ocorrida de forma automática, em momento anterior ao que foi veiculado pelo Pregoeiro, como sendo o dia e horário em que se daria a continuidade do certame.

1.1. Nos termos registrados no doc. nº 1666676, assim aconteceu:

" (...) Até esse momento, o pregoeiro havia realizado a fase de análise preliminar das propostas, referente ao item 1 e aos treze lotes(correspondentes ao item nº2 ao 174), bem como a fase de lances aberto e fechado para o Lote 1), e a fase de aceitação desse Lote.

Após esse procedimento, foi comunicada pelo pregoeiro a suspensão do pregão, em 07.07.2021, conforme aviso no chat, e programada sua reabertura para o dia 08/07/2021, às 9h, para continuidade da fase de lances e demais fases. **No entanto, ao proceder à abertura do pregão no dia 08/07/2021, às 9h, foi percebido que o item nº 1 e os demais Lotes- de nº 2 a 13- tiveram suas fases de lance aberta e fechada realizadas automaticamente pelo sistema, sem a presença do pregoeiro, procedimento esse que pode ter eventualmente frustrado e prejudicado alguns licitantes que aguardavam para participar, no dia 08 de julho, a partir das 9h, com base no próprio comunicado do pregoeiro, no chat, da fase de lances do referido pregão, o que não foi possível, visto que todos os lotes e o item 1 já se encontravam com a fase de lances encerrada e aguardando o início de nova etapa(Julgamento das Propostas). Vide mensagens da sessão publica extraídas do Sistema Comprasnet, documento SEI nº1666611." (destacamos)**

1.2. Ainda no mesmo documento, ressaltou o Pregoeiro ter sido questionado por uma das empresas, acerca da situação em pauta, ocasião em que lhe foi asseverado, por suposto advogado da concorrente, *"prejuízo ao direito de seu cliente de participação da fase de lances deste certame, referente ao item nº 1"*.

1.3. Não obstante, noticiou que o sistema *Comprasnet* veiculou, no dia 07.07.2021, o seguinte aviso: *"A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados."*

1.4. Como consequência, procedeu à suspensão administrativa do Pregão nº 13/2021 e remarcou a reabertura da sessão para o dia 14.07.2021, enquanto aguarda apreciação superior.

É o Relatório.

2. De início, cumpre pontuar que, semelhante à situação anterior, os autos tramitaram em período muito próximo à data de reabertura da licitação. Para esta unidade de assessoramento, foram remetidos hoje, às vésperas do dia designado pelo Pregoeiro.

3. Quanto à nova ocorrência, julgamos ser preciso adotar o mesmo entendimento anterior, quando opinamos pela continuidade da contratação mediante nova licitação, a fim de garantir a total correção do procedimento, seja com a efetiva participação do Pregoeiro, seja de forma automática pelo sistema, desde que haja total consonância entre os atos praticados no certame.

3.1. Não podemos admitir, como algo regular, a veiculação de aviso de retomada da sessão em 08.07.2021 e, antes deste marco, ter ocorrido o desenvolvimento da sessão, aparentemente, à revelia dos concorrentes e com possível prejuízo para os licitantes.

4. Neste ponto, questionamos se esta situação se repetiu em outros certames ou apenas no Pregão nº 12/2021 e no Pregão nº 13/2021. Se apenas ocorreu nestes certames, é preciso, então, que seja verificado qual providência o Pregoeiro não está adotando, de forma a adaptar-se à nova dinâmica do Comprasnet.

4.1. Forçoso admitir que não conhecemos as particularidades do sistema. Sugerimos, assim, que a Seção de Licitações interceda, *in casu*, para que a contratação dos serviços de sanitização chegue ao fim, sem novas intercorrências desta natureza.

4.2. Cumpre ressaltar que estamos diante de questões operacionais, que precisam ser resolvidas, para não implicar em questões jurídicas, como certamente ocorreria, acaso restasse comprovado, por exemplo, um efetivo prejuízo aos concorrentes.

4.3. Por ocasião da Impugnação ao anterior certame, nos pareceu que os problemas ali narrados (doc. nº 1651699) eram decorrentes exclusivamente do necessário trâmite que se deu aos autos. Agora, confessamos não ter compreendido, com exatidão, quais medidas evitariam a nova ocorrência.

4.4. A propósito, no doc. nº 1651699, a SELIC aventou da seguinte possibilidade: "*c) Ainda que não haja impugnação, acreditamos que a melhor solução para que a sessão não ocorra sem a presença do pregoeiro, seja deixar para configurar a sala de disputa cerca de 30 minutos antes do início da sessão, evitando que o sistema inicie automaticamente sem a presença do agente de contratação (pode haver eventualidades, a exemplo de o servidor não chegar a tempo para a disputa, faltar luz, defeito no computador, internet não funcionar etc).*" A parte ora destacada por nós, poderia ter sido a solução para que o Pregão nº 13/2021 tivesse transcorrido regularmente? Se sim, é preciso que seja verificado porque não foi adotada.

5. De qualquer modo, cumpre-nos recomendar a paralisação do Pregão nº 13/2021, desta vez alterando nosso anterior posicionamento no que diz respeito a não se utilizar do instituto da revogação. Em verdade, parece-nos que a licitação mereceria mero "cancelamento", diante das sucessivas intercorrências.

5.1. Entretanto, tendo em vista que, na hipótese de a Administração pretender o desfazimento das licitações, este só poderá acontecer sob a forma de revogação ou anulação, sugerimos que, *in casu*, este Tribunal se utilize da figura da revogação, por não mais se revelar conveniente a sua continuidade, em razão dos fatos supervenientes à abertura e que geraram a automática continuidade do Pregão nº 13/2021, de forma diversa daquela indicada pelo Pregoeiro, quando veiculou aviso sobre a retomada da sessão no dia 08.07.2021.

5.2. Tratando-se de momento anterior à adjudicação e homologação do certame, sustentamos não ser necessária a abertura da fase de contraditório e ampla defesa, com amparo em posicionamento do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
– REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.
4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.
5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.
6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.
7. Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.)

6. Cumpre, na nova licitação, que problemas desta natureza já estejam devidamente superados.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor**, em 13/07/2021, às 20:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1669192** e o código CRC **CA55816B**.